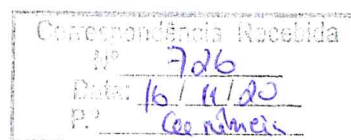




Município de Tomar
Divisão de Gestão do Território



À Firma
Ribasabores - Indústria de Carne, Lda.
Zona Industrial de Tomar - Santa Cita
2305-207 TOMAR

V/ REFERÊNCIA

Exm^{os} Senhores,

V/ DATA

Hugo Cristóvão, vereador, no uso da competência delegada por despacho nº 6/2019, comunica, relativamente ao assunto inframencionado, o teor do parecer do ITG (Instituto Tecnológico do Gás), do qual junto se envia fotocópia, para conhecimento e devidos efeitos, alertando para os condicionamentos a verificar no ato de vistoria final.

OFÍCIO NÚMERO

2676/DGT/2020

Mais se comunica que deverá ser apresentado o documento em falta, preconizado na alínea e) do nº 1 do artigo 18º da Portaria nº 1515/2007, de 30 de novembro.

DATA

2020-11-11

Informa-se ainda que, a emissão da respetiva licença de exploração neste tipo de instalações encontra-se apenas sujeita à vistoria final, pelo que deverá ser requerida a competente vistoria, devendo o pedido ser instruído com os elementos do nº 3 do artigo 18º da Portaria nº 1515/2007, de 30 de novembro.

PROCESSO

150/EDIF/DGT/2020

Junto se envia fotocópia da informação técnica nº 12825/DGT/2020, para conhecimento e devidos efeitos.

CASO

1/LGPL/DGT/2020

ASSUNTO

Licenciamento para instalação de depósito de combustível, sito na Zona Industrial, em Santa Cita, na União das Freguesias de Madalena e Beselga

Com os melhores cumprimentos,

O Vereador
Hugo Cristóvão
(por delegação de competência de 05/02/2019)

Digitally signed by HUGO RENATO FERREIRA
CRISTOVAO
Date: 2020.11.12 10:25:35 GMT



Assinado por: **JOÃO MIGUEL FERREIRA PEREIRA**

Num. de Identificação: BI10657410

Data: 2020.10.26 12:56:17+00'00'



Instituto Tecnológico do Gás



CHAVE MÓVEL



10001
ISO/IEC 17020
Inspeção

Entidade Inspectora de Instalações de Combustíveis Derivados do Petróleo com autorização concedida pela Direcção-Geral de Energia e Geologia, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 15/2015, de 16 de fevereiro

N.º de Processo: **P/C/AP/OI/20/ 0069**

Data de Emissão: 26-10-2020

Técnico Analista: João Pereira

PARECER FAVORÁVEL

(Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de Outubro)

Exmos. Srs.

Município de Tomar | Divisão de Gestão do Território

Praça da República

2300-550 Tomar

Requerente Camarário: Ribasabores, Indústria de Carnes, Lda.

Local da Instalação: Zona Industrial de Tomar - Santa Cita - União de Freguesias de Madalena e Beselga - Tomar

Entidade Licenciadora: Câmara Municipal de Tomar

TIPO DE PROCESSO:

Postos de abastecimento de combustíveis para consumo próprio e cooperativo (Capacidade $\geq 10m^3$)

Licenciamento simplificado - Classe A1

Posto de Abastecimento de Combustíveis Líquidos e GPL

ANÁLISE DE INSTRUÇÃO DO PROCESSO:

O processo de licenciamento da instalação contém os elementos requeridos pelo Artigo 18.º da Portaria n.º 1515/2007, de 30 de Novembro.

ANÁLISE TÉCNICA À INSTRUÇÃO DO PROCESSO:

Concluída a apreciação técnica à instrução do processo verifica-se que o mesmo se encontra em conformidade com a legislação aplicável, no entanto deverão ser salvaguardados as observações abaixo indicadas:

1. - Este parecer técnico resulta da análise efetuada aos elementos que integram o processo de licenciamento camarário n.º 150/EDIF/DGT/2020, de uma instalação de um Posto de Abastecimento de Combustíveis para Consumo Próprio - Licenciamento Simplificado Classe A1 -, enviado pela Câmara Municipal de Tomar (ofício n.º 1672/DGT/2020, de 2020-07-09 e ofício n.º 2203/DGT/2020, de 2020-09-22), cujo o requerente é a empresa Ribasabores - Indústria de Carnes, Lda.

2. - Para efeitos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-lei n.º 267/2002, de 26/ nov, alterado pelo Decreto Lei n.º 217/2012, de 9/out, e nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Lei n.º 267/02, de 26/Nov, alterado pelo Decreto Lei n.º 217/12, de 9/Out, o Instituto Tecnológico do Gás (ITG) informa que o processo se encontra corretamente instruído conforme o preconizado no n.º 1 do artigo 18.º da Portaria n.º 1188/2003, de 10/Out alterada pela Portaria n.º 1515/2007, de 30/Nov, com exceção do documento elencado na alínea e).

3. - No que concerne à análise dos elementos instrutórios e técnicos do processo de licenciamento, o ITG entende necessário pronunciar-se sobre:

3.1. - O requerimento de licenciamento preconizado na alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º da Portaria n.º 1188/2003, de 10/out alterada pela Portaria n.º 1515/2007, de 30/nov não identifica o produto e a capacidade a armazenar, nem o fim a que se destina, conforme exigência preconizada no artigo 1.º da mesma Portaria. Contudo, o ITG entende que essa informação é irrelevante para a interpretação do processo e verificação da aplicação do regulamento técnico de segurança, e que caracterização da instalação encontra-se descrita na descrição sumária da instalação, e respectivas peças desenhadas.

3.2. - O requerente deverá apresentar o documento preconizado na alínea e) do n.º 1 do artigo 18.º da Portaria n.º 1515/2007, de 30/nov.

3.3 - Informação técnica complementar (a verificar no acto de vistoria final):

A caixa de visita do reservatório, pelo facto de não possuir drenagem para o sistema de tratamento de águas residuais, deverá ser estanque conforme o disposto no artigo 14.º da Portaria n.º 131/2002, de 9/fev. O botão de emergência, que corta toda energia elétrica a partir do quadro geral afeto a todo o equipamento elétrico do posto (unidades de abastecimento e gestor de frota), deverá ser colocado próximo da unidade de abastecimento (o quadro geral deverá situar-se fora da zona de segurança/protecção dos equipamentos). O pavimento da zona de abastecimento / zona de enchimento deverá cumprir as exigências dispostas no n.º 4 do artigo 11.º da Portaria n.º 131/2002, de 9 de fevereiro. Pelo facto da zona de abastecimento/enchimento, não se encontrar totalmente circunscrita por grelhas de recolha de águas residuais e, de modo a garantir a recolha total de eventuais derrames de combustíveis, deverá ser verificado, no ato de vistoria final, a eficiência da solução técnica apresentada, nomeadamente a inclinação do pavimento para a grelha afecta à rede de drenagem das águas residuais. O ITG informa que o separador de hidrocarbonetos implementado no posto de abastecimento deverá ser certificado e homologado (EN 858 - Condições de fabrico) de modo a garantir o cumprimento das exigências de descarga estabelecidas no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1/agosto. No contexto do artigo 22.º da Portaria n.º 131/2002, de 9/fev, deverá ser assegurada uma eficaz continuidade de todos os elementos condutores do posto de abastecimento por meio de ligações equipotenciais. Na base do equipamento de abastecimento, deverão ser instaladas as válvulas de "ponto fraco", na tubagem de ligação ao reservatório conforme disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Portaria n.º 131/2002, de 9/fev.

4. - **Conclusão:** Sem prejuízo do n.º 3.2., e da informação técnica complementar mencionada no n.º 3.3 deste parecer, **informamos que a análise técnica aos elementos que constituem a Descrição Sumária, preconizada pela alínea d) do n.º 1 do artigo 18.º da Portaria n.º 1188/2003, de 10/Out alterada pela Portaria n.º 1515/2007, de 30/Nov, permite concluir a sua conformidade com o regulamento técnico aplicável, a Portaria n.º 131/2002, de 9/fev alterada pela Portaria n.º 362/2005, de 4/Abril, sendo o ITG favorável ao licenciamento do Posto de Abastecimento de Combustíveis para Consumo Próprio.**

Este parecer não isenta todos os intervenientes no processo de verificarem toda a legislação e especificações técnicas aplicáveis.

DELEGAÇÕES

Sede :
Av. Alm. Gago Coutinho, 132/134 - Edifício 15
Centro Emp. Sintra Nascente - 2710-418 SINTRA
Tel. 21 924 98 51 - Fax 21 924 30 35

Norte :
Rua da Vigorosa, Loja nº7, nº 636
4200-523 Porto
Tel. 22 941 95 70

Centro:
Rua 4 de Julho, 3 D - R/C
3025-010 Pedrúlia - Coimbra
Tel. 239 43 07 07

Sul:
Av. 5 de Outubro 82A
8000-075 Faro
Tel. 289 898 014

Açores:
Rua Machado Santos, nº 96 Sala 206
9500-083 Ponta Delgada
Tel. 296 09 14 22

Madeira:
Tecnopolo C.E.I.M 1ª Sala 8
9020-105 Funchal
Tel. 291 723 010

DE

Ana Pereira

PARA

José Carlos

NÚMERO

12825/DGT/2020

DATA

2020-11-02

PROCESSO

150/EDIF/DGT/2020

CASO

1/LGPL/DGT/2020

ASSUNTO

Licenciamento para instalação de depósito de combustível sito em Zona Industrial - Santa Cita - União das Freguesias de Madalena e Beselga, em nome de Ribasabores.

INFO' INTERNA

APRECIÇÃO TÉCNICA DGT:

1. Ao assunto refere-se o pedido de licenciamento simplificado para Instalação de posto de abastecimento de gasóleo para consumo próprio da entidade requerente na Unidade Industrial do Matadouro no Parque Empresarial de Tomar, da Classe A1 - Reservatório subterrâneo de 40.000 litros de capacidade, nos termos do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro;
2. No âmbito do Protocolo de Colaboração com esta CMT celebrado por decisão da Sr. Presidente de 15.12.2016 (Caso # 101707), e em resposta ao solicitado, o ITG - Instituto Tecnológico do Gás emitiu agora parecer favorável com condicionamentos, tendo verificado a correta instrução e respetivo enquadramento legal e concluído pela sua conformidade com o regulamento técnico aplicável, a Portaria n.º 131/2002, de 9 de fevereiro alterada pela Portaria n.º 362/2005, de 4 de abril;
3. PROPOSTA DE DECISÃO: Face ao exposto, em continuidade da informação técnica anterior, e, nos termos do decreto-lei acima exposto e Portaria n.º 1515/2007 de 30 de novembro, que regula os pedidos sujeitos ao regime de licenciamento simplificado em análise, propõe-se superiormente:
 - 3.1. Considerar o parecer favorável do ITG, remetendo cópia à entidade requerente para conhecimento e devidos efeitos, alertando para os condicionamentos a verificar no ato de vistoria final;
 - 3.2. Notificar a entidade requerente a apresentar o documento em falta, preconizado na alínea e) do n.º 1 do artigo 18.º da Portaria n.º 1515/2007, de 30 de novembro;
 - 3.3. Ficando a emissão da respetiva licença de exploração neste tipo de instalações apenas sujeitas à vistoria final, notificar a entidade requerente a requerer a competente vistoria, devendo o pedido ser instruído com os elementos do n.º 3 do art. 18 da Portaria n.º 1515/2007, de 30 de novembro.

À consideração superior,

4. CONDICIONAMENTOS:

- 4.1. A instalação deverá decorrer no estrito cumprimento das normas técnicas e regulamentares aplicáveis elencadas no parecer do ITG, designadamente em matéria de segurança;
- 4.2. Aquando da emissão da licença de exploração esta CMT comunica à Autoridade Nacional de Proteção Civil a localização da instalação e a entrada em exploração da mesma;
- 4.3. Salvaguardam-se eventuais direitos de terceiros.

A técnica superior
Ana Pereira

Informação nº 12777/DGT/2020, de 2020-10-30